CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

MANHÃ

PROCURADOR JUDICIAL

Prova Escrita Objetiva - Nível SUPERIOR Tipo 1 – BRANCA

15

SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas

TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Todas as questões desta prova tiveram por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

1

"O envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico deixam cada vez mais municípios dependentes da renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS, como o auxílio a idosos de baixa renda. Em 693 cidades do país, os pagamentos do INSS já superam 25% do PIB local. O número de municípios nessa situação quase dobrou nos últimos 15 anos."

Nesse texto há um problema de ambiguidade no seguinte segmento:

(A) "O envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico";
(B) "deixam cada vez mais municípios dependentes da renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS";
(C) "como o auxílio a idosos de baixa renda";
(D) "Em 693 cidades do país, os pagamentos do INSS já superam 25% do PIB local";
(E) "O número de municípios nessa situação quase dobrou nos últimos 15 anos."

2

"O envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico deixam cada vez mais municípios dependentes da renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS, como o auxílio a idosos de baixa renda."

Sobre esse segmento de texto, a única afirmação INADEQUADA à sua estruturação é:

(A) o envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico são apontados como razões para a dependência de muitos municípios das rendas do INSS;
(B) o termo "dependentes da" se liga semanticamente a "renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS";
(C) o termo "como o auxílio a idosos de baixa renda" funciona como um exemplo dos "demais benefícios do INSS";
(D) os termos "O envelhecimento da população brasileira" e "a falta de dinamismo econômico" podem trocar de posição sem modificação de sentido;
(E) o termo "O envelhecimento da população brasileira" é apontado como causa da "falta de dinamismo econômico".

3

"O envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico deixam cada vez mais municípios dependentes da renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS, como o auxílio a idosos de baixa renda. Em 693 cidades do país, os pagamentos do INSS já superam 25% do PIB local. O número de municípios nessa situação quase dobrou nos últimos 15 anos."

A preposição DE é empregada textualmente como introdutora de termo independente dos segmentos anteriores ou como termo solicitado por um desses termos.

O segmento abaixo que exemplifica esse último caso é:

(A) da população brasileira;
(B) de aposentadorias;
(C) de baixa renda;
(D) do INSS;
(E) de municípios.

4

Abaixo aparecem cinco manchetes jornalísticas de um jornal carioca; a única delas que mostra influência da visão do redator é:

(A) Infecções pelo coronavírus disparam na Itália;
(B) Aumenta número de cidades que dependem do INSS;
(C) Temporal deixa 4 mortos no Rio;
(D) Relatos de abuso sexual crescem no Brasil;
(E) Congresso pode reduzir prazo de tramitação de MPs.

5

"PMs do Ceará aceitam proposta e encerram motim"

Essa manchete é composta de duas orações; a relação lógica que se estabelece entre elas é:

(A) a segunda oração indica a causa da primeira;
(B) a primeira oração é confirmada pela segunda;
(C) a segunda oração ocorre após a primeira;
(D) a segunda oração é uma explicação da primeira;
(E) as duas orações são cronologicamente simultâneas.

6

Uma coluna jornalística, sobre o tema do orçamento impositivo, começa do seguinte modo:

"Há 160 anos, o então reino da Prússia, que veio a se tornar o principal Estado-membro do Império Alemão, se via às voltas com a necessidade de aumentar os gastos bélicos para fazer frente às guerras que enfrentava."

Nesse caso, o tipo de introdução adotada é a:

(A) definição de termos importantes para o texto;
(B) divisão do tema em partes para análise futura;
(C) alusão a fatos históricos relacionados com o presente;
(D) apresentação objetiva de uma tese sobre o assunto;
(E) defesa antecipada diante de argumentos contrários.

7

"Há 160 anos, o então reino da Prússia, que veio a se tornar o principal Estado-membro do Império Alemão..."

Nesse segmento, o verbo sublinhado indica mudança de estado; a frase abaixo que indica estado transitório e não mudança de estado é:

(A) O Brasil anda às voltas com o coronavírus;
(B) A epidemia pode passar a pandemia;
(C) A epidemia virou caso diplomático;
(D) A discussão sobre o vírus acabou em bate-boca;
(E) O Congresso transformou as medidas em leis.

8

"Há 160 anos, o então reino da Prússia, que veio a se tornar o principal Estado-membro do Império Alemão, se via às voltas com a necessidade de aumentar os gastos bélicos para fazer frente às guerras que enfrentava."

No texto empregou-se o adjetivo "bélico", referente a "guerra", usando uma forma latina culta.

O adjetivo culto abaixo que mostra uma correta relação de sentido é:

(A) agrícola / meio ambiente;
(B) óptico / ouvido;
(C) pueril / brincadeira;
(D) botânico / frutos;
(E) crônico / tempo.

9

Um texto propagandístico de um livro sobre arte, publicado em vários jornais brasileiros, dizia o seguinte:

"O novo livro da série que já vendeu 1,5 milhão de exemplares no Brasil. O que torna algo uma obra de arte? Como a Grécia antiga moldou o ideal de beleza? As cores exercem influência direta na alma das pessoas?

"Este livro examina estas questões e outras mais ao explorar os movimentos, temas e estilos da história da arte por meio de mais de duzentas obras. Escrito em linguagem acessível sem abrir mão do rigor da pesquisa, o livro traduz os jargões teóricos e é recheado de imagens das grandes obras de arte de todos os tempos."

O primeiro período desse texto traz um problema de construção, que é:

(A) a falta de paralelismo;
(B) a ambiguidade;
(C) um desrespeito à norma culta;
(D) um erro de pontuação;
(E) uma seleção vocabular inadequada.

10

"O novo livro da série que já vendeu 1,5 milhão de exemplares no Brasil. O que torna algo uma obra de arte? Como a Grécia antiga moldou o ideal de beleza? As cores exercem influência direta na alma das pessoas?

"Este livro examina estas questões e outras mais ao explorar os movimentos, temas e estilos da história da arte por meio de mais de duzentas obras. Escrito em linguagem acessível sem abrir mão do rigor da pesquisa, o livro traduz os jargões teóricos e é recheado de imagens das grandes obras de arte de todos os tempos."

Em relação às perguntas sublinhadas no texto, sua função é:

(A) mostrar o conteúdo do livro em foco;
(B) destacar tópicos do livro por seu ineditismo;
(C) provocar respostas nos leitores;
(D) interessar o leitor pela leitura;
(E) indicar temas de valor popular.

11

"Este livro examina estas questões e outras mais ao explorar os movimentos, temas e estilos da história da arte por meio de mais de duzentas obras. Escrito em linguagem acessível sem abrir mão do rigor da pesquisa, o livro traduz os jargões teóricos e é recheado de imagens das grandes obras de arte de todos os tempos."

Os segmentos sublinhados mostram, em seu conjunto, a preocupação de:

(A) tornar-se acessível às classes mais populares;
(B) mostrar rigor absoluto de precisão informativa;
(C) atrair leitores não peritos no assunto;
(D) documentar historicamente os conceitos;
(E) mostrar preocupação com os exemplos artísticos dados.

12

Uma reportagem sobre robótica começa do seguinte modo:

"Soldar e pintar automóveis, realizar uma cirurgia delicada, preparar pizzas ou simplesmente fazer companhia para pessoas solitárias. Tarefas que há poucas décadas eram realizadas por seres humanos estão, cada vez mais, entregues a máquinas que, com a quarta revolução industrial, se aperfeiçoam em ritmo acelerado e desempenham funções só imaginadas em filmes de ficção."

Dentro da estruturação geral do texto, o primeiro período tem a seguinte função:

(A) destacar tarefas bastante distintas;
(B) incluir diferentes atividades profissionais;
(C) selecionar atividades só realizadas por humanos;
(D) indicar ações pertencentes a diferentes classes sociais;
(E) enumerar tarefas simples do dia a dia.

13

Uma reportagem sobre robótica começa do seguinte modo:

"Soldar e pintar automóveis, realizar uma cirurgia delicada, preparar pizzas ou simplesmente fazer companhia para pessoas solitárias. Tarefas que há poucas décadas eram realizadas por seres humanos estão, cada vez mais, entregues a máquinas que, com a quarta revolução industrial, se aperfeiçoam em ritmo acelerado e desempenham funções só imaginadas em filmes de ficção."

Um texto traz sempre relações implícitas; o que NÃO se pode inferir do texto acima é que:

(A) já ocorreram três revoluções industriais;
(B) os filmes de ficção anteciparam temas reais de hoje;
(C) as máquinas vão acabar por substituir os seres humanos;
(D) a ciência ocupa um espaço cada vez maior em nossa vida;
(E) a substituição aludida pode trazer desemprego setorial.

14

"STEAM: uma nova abordagem de ensino. STEAM é o acrônimo em inglês para ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática e surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1990, como uma forma de aproximar os alunos dessas áreas do conhecimento."

Sobre os componentes desse segmento de texto, apresentado pelo SESI, a única afirmação INDEVIDA é:

(A) o ano de 2000 não faz parte dos "anos 1990";
(B) no texto, "nova abordagem" e "abordagem nova" são cabíveis;
(C) o acrônimo usa as letras iniciais de palavras para sua formação;
(D) o mesmo acrônimo também se aplica ao português;
(E) as áreas do conhecimento são explicitadas pelas palavras que compõem o acrônimo.

15

Uma manchete de um jornal carioca dizia o seguinte:

"Chuva castiga o estado. Quatro pessoas morreram durante temporal, que deixou rastro de destruição."

A vírgula antes da última oração se deve ao fato de ser uma oração explicativa; nas frases abaixo, aquela que deveria ter uma vírgula pela mesma razão é:

(A) Apaixonar-se é criar uma religião que tem um deus falível;
(B) As grandes ideias encontram sempre os homens que as procuram;
(C) As ideias geniais são aquelas que nos espantamos de não ter tido antes;
(D) Ao dar, não imite as galinhas que põem ovos e não param mais de cacarejar;
(E) Uma ideia não é responsável pelas pessoas que acreditam nela.

16

"Cientistas na China que estudam a origem do surto do novo coronavírus afirmaram ter descoberto que dois tipos principais do vírus podem estar causando infecções. Os pesquisadores alertaram, no entanto, que suas pesquisas examinaram uma gama limitada de dados e que serão necessárias análises mais complexas para entender mais da evolução do vírus."

A oração reduzida "para entender mais da evolução do vírus" pode ser modificada adequadamente para a seguinte oração desenvolvida:

(A) para que se entenda mais da evolução do vírus;
(B) para o entendimento maior da evolução do vírus;
(C) para ser mais entendida a evolução do vírus;
(D) para que se entendesse mais da evolução do vírus;
(E) para mais entendimento da evolução do vírus.

17

"Cientistas na China que estudam a origem do surto do novo coronavírus afirmaram ter descoberto que dois tipos principais do vírus podem estar causando infecções. Os pesquisadores alertaram, no entanto, que suas pesquisas examinaram uma gama limitada de dados e que serão necessárias análises mais complexas para entender mais da evolução do vírus."

Esse pequeno texto é composto de dois períodos; o segundo desses períodos, em relação ao primeiro, tem a seguinte função:

(A) explicar algo pouco claro;
(B) contrariar uma afirmação feita;
(C) ampliar uma informação dada;
(D) confirmar um dado fornecido;
(E) retificar um segmento anterior.

18

Um texto jornalístico faz uma apresentação de um novo filme recém-lançado: "'Indústria Americana' começa num dia gelado de dezembro de 2008, perto do Natal, quando uma fábrica da GM fecha as portas em Dayton, Ohio, típica cidade do meio-oeste dos Estados Unidos. Como se não houvesse tristeza suficiente na neve que cai e nos operários que não conseguem conter as lágrimas enquanto despacham os últimos veículos, a música ressalta a melancolia geral, e avisa, lúgubre, que essa não será uma história feliz. E não é mesmo."

O trecho diz que o filme começa quando uma fábrica da GM fecha as portas; isso nos ensina que uma narrativa começa:

(A) pelo fato mais importante para o enredo;
(B) por algo que chame a atenção dos espectadores;
(C) por um acontecimento escolhido para início pelo narrador;
(D) por um fato de alta carga emotiva;
(E) por fatos desconhecidos do público.

19

"'Indústria Americana' começa num dia gelado de dezembro de 2008, perto do Natal, quando uma fábrica da GM fecha as portas em Dayton, Ohio, típica cidade do meio-oeste dos Estados Unidos. Como se não houvesse tristeza suficiente na neve que cai e nos operários que não conseguem conter as lágrimas enquanto despacham os últimos veículos, a música ressalta a melancolia geral, e avisa, lúgubre, que essa não será uma história feliz. E não é mesmo."

Segundo o texto que apresenta o filme, o papel da música é o de:

(A) antecipar o desenvolvimento da narrativa;
(B) atenuar o clima de infelicidade inerente à situação;
(C) intensificar a tristeza do momento;
(D) passar, por sua letra, um aviso ao público;
(E) prevenir os espectadores sobre o tipo de filme a ser visto.

20

"A bomba atômica não é elemento efetivo de segurança nacional. Seu emprego como dissuasão, ainda que discutível, só vale no plano das duas grandes potências nucleares, que não são grandes porque têm a bomba, mas têm a bomba porque são grandes. Nas mãos de potências menores, a bomba atômica perde muito desse sentido e representa mais um risco de guerra do que uma garantia de paz."

O texto pertence ao modo argumentativo de organização discursiva; a tese defendida por ele é:

(A) a bomba atômica não é elemento de segurança;
(B) o emprego da bomba como dissuasão é ilusório;
(C) as grandes potências possuem a bomba atômica;
(D) as pequenas potências não devem ter a bomba atômica;
(E) a bomba atômica pode representar um risco de guerra.

21

Nas eleições em geral, variados artistas fazem depoimentos a favor de alguns candidatos, recomendando que sejam votados; nesse caso, trata-se de um argumento de autoridade, ligado:

(A) ao cargo que ocupam;
(B) ao conhecimento de causa;
(C) à experiência de vida;
(D) ao prestígio social;
(E) à função que exercem.

22

Um jornal dizia em causa própria: "Quem lê jornais deve ser considerado um bom cidadão por seu alto nível de informação."

Trata-se de uma afirmação de caráter argumentativo, que mostra uma falácia, que é:

(A) uma generalização excessiva;
(B) a presença de um estereótipo;
(C) uma simplificação exagerada;
(D) uma falsa analogia;
(E) um argumento autoritário.

23

Um candidato a um cargo de prefeito de uma cidade de tamanho médio foi questionado sobre a legalização do aborto e declarou o seguinte: "Sou contra a legalização do aborto. A Constituição já prevê os casos permitidos de aborto. Como posso defender essa legalização numa cidade em que algumas pessoas ainda morrem de tuberculose e de sarampo? A cidade tem de tratar da vida primeiro, para depois considerar esse tipo de problema."

Nesse caso, a estratégia argumentativa do candidato foi:

(A) fuga do assunto;
(B) argumento autoritário;
(C) círculo vicioso;
(D) analogia inadequada;
(E) simplificação exagerada.

24

Em todas as frases abaixo, retiradas de cartas de leitores de jornais diversos, os redatores procuraram evitar a repetição de palavras idênticas; a frase em que a estratégia empregada para isso foi a de utilização de hiperônimos (vocábulos de conteúdo semântico geral) é:

(A) A funcionária tinha o hábito de gritar com os cidadãos que procuravam a seção, por isso foi transferida;
(B) Logo depois de o tenente ter sido atropelado, a ambulância chegou e levou o militar para o hospital;
(C) Os índios têm direitos assegurados na nossa Constituição e, por isso mesmo, os direitos dos indígenas devem ser respeitados;
(D) Os estudantes brasileiros que participaram da feira obtiveram prêmios importantes, o que demonstra que não falta a nossos alunos competência;
(E) Os animais sofrem com a poluição e, por isso, a recomendação é que protejamos nossos cães e gatos.

25

"Frequentemente tenho longas conversas comigo mesmo, e sou tão inteligente que algumas vezes não entendo uma palavra do que estou dizendo". (Oscar Wilde)

Esse pensamento traz implícita uma ideia sobre o que é escrever bem, que corresponde a escrever:

(A) de forma gramaticalmente correta;
(B) adequadamente à situação;
(C) com o emprego de vocábulos eruditos;
(D) no sentido de ser entendido por todos;
(E) em linguagem simples e popular.

26

Observe o silogismo clássico a seguir.

- Todo homem é mortal
- Sócrates é homem
- Sócrates é mortal

Sobre a estruturação de um silogismo, a única afirmação NÃO pertinente é:

(A) o silogismo mostra três termos, cada um deles empregado duas vezes;
(B) o silogismo apresenta premissas verdadeiras;
(C) a conclusão nem sempre deriva das premissas;
(D) os termos do silogismo não podem ser ambíguos;
(E) os termos do silogismo ocupam posições padronizadas.

27

Um advogado, num julgamento, apresenta a seguinte declaração: "Senhores jurados, esse homem, que aqui está sendo julgado por homicídio, é um funcionário exemplar e chegou a gerente operacional da empresa em que trabalhava."

A argumentação se fundamenta, nesse caso, numa estratégia enganosa, que é:

(A) emprego de uma generalização excessiva;
(B) abandono, por digressão, da questão fundamental;
(C) relação causa/efeito defeituosa;
(D) recurso a um testemunho de autoridade;
(E) apelo a uma analogia impertinente.

28

A frase abaixo que NÃO apresenta ambiguidade é:

(A) A demissão do Secretário foi surpreendente;
(B) Pagar o IPVA agora traz economia;
(C) A criação do Ministério resolveu o impasse;
(D) A descrição de Camões foi bem feita;
(E) Conheço uma professora inglesa de Literatura.

29

Todos os períodos abaixo apresentam uma oração adjetiva sublinhada; a opção em que a substituição dessa oração por um adjetivo é semanticamente adequada é:

(A) Os professores não falaram sobre os acontecimentos <u>que haviam ocorrido antes</u> / pregressos;
(B) Os pedestres falaram sobre a ocorrência <u>que os guardas não haviam notado</u> / desapercebida;
(C) O movimento <u>que havia surgido de repente</u> também subitamente desapareceu / insuspeitado;
(D) Fora um bebê <u>que nasceu antes do tempo normal da gestação</u> / antecipado;
(E) O aparelho era um objeto <u>que tinha perdido a serventia</u> / antigo.

30

A frase abaixo que está integralmente adequada à norma culta da língua portuguesa é:

(A) Os turistas na cidade preferiam mais as praias do que as atrações históricas;
(B) Quando os policiais interviram na discussão, tudo se acalmou;
(C) Os passageiros reaveram os objetos perdidos após uma hora de espera;
(D) Sem que ninguém esperasse, haviam cerca de 250 espectadores sem convite;
(E) Ao invés de irem embora, os candidatos permaneceram no local das provas.

Legislação Específica

31

A Lei Orgânica Municipal de Aracaju estabelece que o Município reconhece, protege e estimula as organizações sociais e de massa, surgidas no processo histórico das lutas de seu povo e que agrupam os diferentes setores da população, representam interesses gerais e específicos e os que incorporam o trabalho de edificação, consolidação e defesa da sociedade democrática.

Em relação à participação popular nos trabalhos do Poder Legislativo de Aracaju, a mesma Lei Orgânica dispõe que a Câmara Municipal:

(A) deverá promover plebiscitos periódicos, ao menos uma vez a cada legislatura, para ouvir a população nos assuntos de relevância local;
(B) poderá fazer reuniões nos bairros, uma vez por mês, ou realizar audiências públicas quando solicitadas por entidades representativas da comunidade;
(C) realizará anualmente referendo para chancelar todas as leis municipais que tratem de matéria relacionada a direitos fundamentais;
(D) editará lei dispondo sobre a obrigatoriedade de composição de maioria de cidadãos civis não integrantes da Administração Pública nos órgãos colegiados setoriais;
(E) submeterá as contas públicas do chefe do Executivo à comissão constituída por presidentes de associações de moradores antes de deliberar sobre sua aprovação.

32

A lei orgânica é a lei maior de um Município, que disciplina sua estrutura e funcionamento, observadas as diretrizes indicadas pela Constituição da República de 1988.

A Lei Orgânica do Município de Aracaju pode ser emendada mediante proposta:

(A) do prefeito municipal, que será discutida e votada em um turno, sendo aprovada por, pelo menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal;
(B) da Mesa Diretora da Câmara, que será discutida e votada em um turno, sendo aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
(C) do presidente da Câmara, que será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de trinta dias, sendo aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
(D) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, que será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por, pelo menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal;
(E) de um décimo da população, por iniciativa popular, e será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de quinze dias, sendo aprovada por, pelo menos, três quintos dos membros da Câmara Municipal.

33

A Lei Orgânica do Município de Aracaju dispõe que compete à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre matérias de competência do Município e, especialmente, legislar sobre:

(A) águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão e serviço postal;
(B) trânsito, transporte, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
(C) política de crédito, câmbio, seguros, transferência de valores e comércio interestadual;
(D) sistemas estatístico, cartográfico, de geologia e de poupança, captação e garantia da poupança popular;
(E) aprovação do plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e da dívida pública.

34

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Aracaju, perderá o mandato o vereador:

(A) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a duas sessões ordinárias consecutivas;
(B) que for investido no cargo de ministro de estado, secretário de estado ou secretário do município;
(C) que for denunciado criminalmente, independentemente do recebimento da denúncia;
(D) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
(E) cuja folha de assentamentos funcionais como servidor ocupante de cargo efetivo receba anotação de penalidade de advertência.

35

A Lei Orgânica do Município de Aracaju estabelece que a Câmara Municipal tem comissões permanentes e temporárias, sendo que são criadas comissões parlamentares de inquérito por iniciativa de um terço dos membros da Câmara, de acordo com as normas do Regimento Interno, com poderes de investigação própria das autoridades:

(A) judiciais, para a apuração, em prazo certo, de fatos determinados;
(B) legislativas, para a apuração, em prazo certo, de fatos indeterminados;
(C) administrativas, para a apuração, no prazo de noventa dias, de fatos determinados;
(D) legislativas, para a apuração, no prazo de noventa dias, de fatos determinados;
(E) administrativas, para a apuração, com prazo indeterminado, de fatos específicos.

36

Luciana, servidora pública estável ocupante de cargo efetivo na Câmara Municipal de Aracaju, sofreu acidente de carro e ficou com sequelas que reduziram sua capacidade física laboral.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju, Luciana será investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que sofreu em sua capacidade física verificada em inspeção médica oficial, por meio da:

(A) reintegração, que não pode acarretar redução de seus vencimentos;
(B) reversão, que pode acarretar redução de seus vencimentos;
(C) recondução, que não pode acarretar redução de seus vencimentos;
(D) remoção, que pode acarretar redução de seus vencimentos;
(E) readaptação, que não pode acarretar redução de seus vencimentos.

37

Mariana, servidora pública estável ocupante de cargo efetivo na Câmara Municipal de Aracaju, foi nomeada para exercer cargo em comissão de diretora em determinado setor da Casa Legislativa.

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju, em relação à sua remuneração, Mariana deve:

(A) optar pela percepção da remuneração do cargo efetivo acrescida de 50% ou dos vencimentos integrais do cargo em comissão;
(B) optar pela percepção da remuneração do cargo em comissão ou do respectivo cargo efetivo acrescida de 80% do vencimento do cargo em comissão;
(C) auferir, necessariamente, a integralidade do valor dos vencimentos do cargo em comissão, com prejuízo da remuneração de seu cargo efetivo;
(D) acumular a integralidade do valor dos vencimentos do cargo em comissão com toda a remuneração de seu cargo efetivo de origem;
(E) receber a integralidade do valor dos vencimentos do cargo efetivo acrescida de 10% da remuneração do cargo em comissão.

38

Wagner foi aprovado no primeiro concurso público que realizou para cargo efetivo na Câmara Municipal de Aracaju e acaba de completar seu primeiro quinquênio ininterrupto de exercício no cargo.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju, Wagner faz jus:

(A) ao abono de permanência, com acréscimo de 50% em sua remuneração;
(B) à licença especial de um mês, sem a remuneração correspondente;
(C) ao abono de estabilidade de um mês, com acréscimo de 50% em sua remuneração;
(D) à licença-prêmio de três meses, com a remuneração correspondente;
(E) à licença para trato de assuntos particulares, por até dezoito meses, sem a remuneração correspondente.

39

Márcio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo na Câmara Municipal de Aracaju, no exercício das funções, praticou incontinência pública e conduta escandalosa na repartição onde está lotado.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju, após processo administrativo disciplinar, Márcio está sujeito à sanção funcional da:

(A) advertência, a ser aplicada pelo chefe do setor onde está lotado;
(B) suspensão por trinta dias, a ser aplicada pelo corregedor da Câmara Municipal;
(C) suspensão por noventa dias, a ser aplicada pelo prefeito municipal;
(D) demissão, a ser aplicada pelo presidente da Câmara Municipal;
(E) demissão, a ser aplicada pelo prefeito municipal.

40

Arthur é servidor público municipal estável de Aracaju ocupante do cargo efetivo de professor e atualmente exerce o cargo de presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Aracaju. Na defesa dos interesses da categoria que representa, Arthur providenciou junto a renomado advogado da comarca o ajuizamento de ação coletiva contra o Município de Aracaju. Ocorre que Arthur foi informado de que a Administração Pública municipal pretende removê-lo para outra escola, em área rural da cidade, por motivo de retaliação.

Ao procurar seu advogado, Arthur foi informado de que, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aracaju:

(A) possui direito à inamovibilidade por ser dirigente sindical, até o último dia que exercer o mandato;
(B) não possui direito à inamovibilidade, eis que o cargo de dirigente sindical importa renúncia legal a tal direito;
(C) possui direito à inamovibilidade por ser dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
(D) não possui direito à inamovibilidade, eis que a Administração tem a prerrogativa de realizar lotações e remoções por motivos de oportunidade e conveniência;
(E) possui direito à inamovibilidade por ser dirigente sindical, até trinta dias após o final do mandato, inclusive é vedada a remoção a pedido enquanto exercer cargo classista.

Conhecimentos Específicos

41

O prefeito do Município Alfa apresentou as suas contas anuais de governo e de gestão, tendo o secretário municipal de obras apresentado suas contas de gestão.

Considerando a competência para a sua apreciação, é correto afirmar que:

(A) ambas serão julgadas pela Câmara Municipal, a partir de parecer prévio do Tribunal de Contas;
(B) as contas do prefeito municipal e do secretário municipal de obras serão julgadas pelo Tribunal de Contas;
(C) o Tribunal de Contas julgará as contas de gestão e emitirá parecer prévio em relação às contas de governo, que serão julgadas pela Câmara Municipal;
(D) o Tribunal de Contas emitirá parecer prévio em relação a ambas as contas, competindo à Câmara Municipal julgar as do prefeito e ao Poder Judiciário as do secretário;
(E) o Tribunal de Contas julgará as contas de gestão do secretário municipal e emitirá parecer prévio em relação às contas do prefeito, que serão julgadas pela Câmara Municipal.

42

Certo legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, argumentou que determinada lei municipal afrontava diretamente uma norma da Constituição da República de 1988.

À luz da sistemática vigente, a norma constitucional indicada como paradigma de confronto:

(A) não pode ser utilizada, salvo se reproduzida na Constituição Estadual;
(B) pode ser utilizada, desde que seja de reprodução obrigatória pelas Constituições Estaduais;
(C) pode ser utilizada, desde que o Tribunal de Justiça reconheça a relevância social da matéria;
(D) somente pode ser utilizada caso o Supremo Tribunal Federal, em reenvio, admita essa possibilidade;
(E) somente pode ser utilizada em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

43

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado Teta, ao julgar mandado de segurança de sua competência originária, em causa de interesse do Município Beta, deixou de aplicar a Lei Municipal nº XX/2010 ao caso concreto, embora os fatos em discussão se subsumissem à sua hipótese de incidência. Em consequência desse entendimento, o Município foi vencido na causa. Após o julgamento, o procurador do Município soube, informalmente, que tal ocorrera em razão do entendimento, dos membros da Câmara, de que a referida lei era manifestamente inconstitucional.

No caso concreto, é cabível, contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível, o manejo de:

(A) representação de inconstitucionalidade endereçada ao Tribunal de Justiça do Estado Teta;
(B) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
(C) mandado de segurança endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
(D) recurso ordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
(E) reclamação endereçada ao Supremo Tribunal Federal.

44

O procurador-geral de Justiça do Estado Alfa determinou que sua assessoria elaborasse a proposta de lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte.

A proposta assim elaborada, observados os demais trâmites internos, deve estar em harmonia com:

(A) as orientações do Poder Executivo, que analisará a sua conveniência e submeterá ao Poder Legislativo sua versão;
(B) a lei de diretrizes orçamentárias e ser encaminhada ao Poder Executivo, que a submeterá ao Poder Legislativo;
(C) o regimento interno da Assembleia Legislativa, órgão para o qual deve ser encaminhada a proposta;
(D) a lei de diretrizes orçamentárias e ser submetida diretamente ao Poder Legislativo;
(E) as orientações do Tribunal de Contas e ser encaminhada ao Poder Legislativo.

45

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Aracaju concluiu pela inconstitucionalidade do projeto de lei nº XX/2019, de autoria do vereador Alfa.

À luz da disciplina regimental, a consequência desse entendimento é:

(A) o arquivamento imediato do projeto de lei nº XX/2019, considerando que as manifestações da Comissão de Justiça e Redação são sempre terminativas;
(B) o encaminhamento imediato do projeto de lei nº XX/2019 para o Plenário, órgão que deve ratificar, ou não, as manifestações da Comissão de Justiça e Redação;
(C) a retirada de tramitação do projeto de lei nº XX/2019, sendo possível que o vereador Alfa ou aqueles membros que tenham sido vencidos na Comissão recorram para o Plenário;
(D) a remessa imediata do projeto de lei nº XX/2019 à Mesa Diretora, que avaliará a conveniência de a matéria decidida pela Comissão de Justiça e Redação ser reapreciada;
(E) a suspensão da tramitação do projeto de lei nº XX/2019, até que o Plenário se manifeste, o que pode ocorrer a partir de provocação de qualquer membro da Câmara Municipal.

46

Após longa disputa judicial com o Município Beta, transitou em julgado a sentença judicial que reconheceu o direito da sociedade empresária WW ao recebimento de determinado valor pecuniário. O débito teve origem no descumprimento, pelo Município Beta, do contrato administrativo que celebrara.

Em situações dessa natureza, o pagamento devido:

(A) deve ser feito a partir de sequestro, da importância devida, junto às contas públicas;
(B) por ter natureza alimentar, não está sujeito à ordem cronológica de apresentação de precatórios;
(C) pode ser feito sem a expedição de precatório, desde que se enquadre na definição legal de pequeno valor;
(D) deve ser feito, qualquer que seja o valor, exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de precatórios;
(E) pode ser feito imediatamente, a partir de requisição judicial, caso a sociedade empresária WW requeira preferência.

47

Foi constituído grupo de trabalho no âmbito da Câmara Municipal de Alfa com o objetivo de verificar a possibilidade de se utilizar a sistemática de subsídios na remuneração dos servidores públicos.

Ao final das discussões, concluiu-se, corretamente, que essa sistemática pode ser aplicada:

(A) apenas ao prefeito, aos detentores de mandato eletivo e aos secretários municipais, e não aos servidores públicos;
(B) indistintamente a todos os servidores públicos, desde que haja autorização expressa na Constituição Estadual;
(C) aos servidores públicos organizados em carreira, no momento de ser fixada a sua remuneração;
(D) apenas aos ocupantes de cargos em comissão, que devem ser remunerados em parcela única;
(E) apenas aos membros da Câmara Municipal, que são detentores de mandato eletivo.

48

O prefeito do Município Alfa encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre os requisitos para a concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos. Com o objetivo de atender aos anseios dessa categoria, a Câmara Municipal aproveitou a boa relação entre os partidos políticos e aprovou uma emenda aditiva que incluía um novo artigo no projeto, concedendo, aos servidores públicos municipais, um aumento de remuneração. O projeto aprovado foi devidamente sancionado pelo prefeito municipal. Desse processo legislativo resultou a promulgação da Lei Municipal nº XX/2020.

À luz dessa narrativa, a parte da lei decorrente da emenda aditiva aprovada pela Câmara Municipal é:

(A) constitucional, pois a Casa Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria;
(B) constitucional, pois, além de a Casa Legislativa poder legislar sobre a matéria, a sanção supriu o vício de iniciativa;
(C) inconstitucional, pois a Câmara Municipal não pode aprovar emendas em projetos de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
(D) inconstitucional, pois os vencimentos dos servidores públicos não são aumentados por meio de lei, mas, sim, mediante decreto do prefeito municipal;
(E) inconstitucional, pois a emenda não guarda pertinência temática com o projeto original, de iniciativa privativa do prefeito, o que não é suprido pela sanção.

49

João, político bem conhecido em sua região, ajuizou ação de reparação de danos em face de Pedro, que fizera declarações críticas à sua atuação pública, as quais foram consideradas atentatórias à honra daquele agente. Na sentença, foi afirmado que não ocorrera qualquer afronta ao direito à honra, já que as circunstâncias fáticas subjacentes ao caso concreto acarretavam a expansão do direito à liberdade de expressão e a compressão do direito à honra, de modo que àquele deve ser reconhecida preeminência no caso concreto, sendo possível que a conclusão seja outra em situação diversa.

O que foi afirmado na sentença evidencia o reconhecimento:

(A) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação;
(B) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, cuja compatibilidade é sempre aferida em abstrato, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação;
(C) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da validade;
(D) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da aplicação;
(E) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da validade.

50

Tramita em determinada Câmara Municipal em cidade no Estado de Beta, projeto de lei que dispõe sobre correção monetária com majoração dos valores nominais para cada modalidade de licitação prevista na lei geral de licitações, a ser utilizada no âmbito das contratações municipais. O processo legislativo está com carga para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa, e o procurador judicial da Câmara foi instado pelo vereador responsável para minutar parecer sobre o tema.

Com base na Constituição da República de 1988, na Lei nº 8.666/1993 e na jurisprudência, o procurador deve direcionar sua manifestação no sentido da:

(A) constitucionalidade do projeto de lei, pois se trata de matéria de interesse local, sendo certo que os valores da lei geral de licitações poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal;

(B) constitucionalidade do projeto de lei, pois se trata de matéria de interesse geral, sendo certo que os valores da lei geral de licitações deverão ser anualmente revistos pelo Poder Legislativo Municipal ou Estadual, no caso de inércia da União;

(C) inconstitucionalidade do projeto de lei, pois é competência privativa dos Estados legislar sobre normas gerais de licitação, sendo certo que os valores da lei geral de licitações poderão ser anualmente revistos pelo Poder Legislativo Estadual;

(D) inconstitucionalidade do projeto de lei, pois extrapola a competência constitucional dos municípios e invade a competência privativa da União, sendo certo que os valores da lei geral de licitações poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal;

(E) inconstitucionalidade do projeto de lei, pois se trata de matéria de interesse regional, sendo certo que os valores da lei geral de licitações deverão ser anualmente revistos pelo Poder Legislativo Estadual, mediante iniciativa prévia do Executivo.

51

O Município de Aracaju, após processo licitatório, celebrou contrato de concessão com sociedade empresária para prestação do serviço público de coleta e tratamento de esgoto sanitário. No curso do contrato, o poder concedente instaurou processo administrativo, com contraditório e ampla defesa, à concessionária, e concluiu que o serviço estava sendo prestado de forma inadequada e deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, além de que a concessionária estava descumprindo cláusulas contratuais e disposições legais concernentes à concessão.

No caso em tela, a extinção do contrato de concessão ocorrerá pela:

(A) encampação, mediante prévia autorização legislativa, com indenização prévia;

(B) rescisão, mediante edição de lei específica por parte do Poder Legislativo, com indenização prévia;

(C) anulação, mediante edição de lei específica por parte do Poder Legislativo, independentemente de indenização prévia;

(D) caducidade, mediante edição de decreto por parte do chefe do Poder Executivo, independentemente de indenização prévia;

(E) revogação, mediante edição de lei autorizativa por parte do Poder Legislativo e edição de decreto por parte do chefe do Poder Executivo, com indenização prévia.

52

Em matéria de controle da Administração Pública, de acordo com o texto constitucional, é hipótese de controle parlamentar direto quando o:

(A) Poder Legislativo julga recursos administrativos hierárquicos de decisões tomadas pelo Poder Executivo;

(B) Tribunal de Contas condena o gestor público pela prática de ato de improbidade administrativa;

(C) Poder Legislativo susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, invadindo seara de lei;

(D) Tribunal de Contas autoriza abertura de processo por crime de responsabilidade em matéria orçamentária ou financeira, praticado pelo chefe do Poder Executivo;

(E) Poder Legislativo concede indulto e comuta penas a pessoas condenadas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

53

Presidente da Câmara Municipal de determinada cidade no Estado de Beta solicitou ao procurador judicial da Casa Legislativa ocupante de cargo efetivo que emitisse parecer sobre determinado caso. O procurador exarou seu parecer jurídico que foi aprovado pelo presidente que, em seguida, praticou o ato administrativo final. Dois anos depois, com a alteração na composição da Mesa Diretora da Câmara, ficou comprovado que o ato administrativo final praticado pelo anterior presidente era ilegal e causou danos a terceiro.

Com base na jurisprudência e doutrina sobre o tema, o procurador que subscreveu o parecer:

(A) não pode ser considerado solidariamente responsável com o presidente da Câmara, exceto se comprovado que o procurador agiu com dolo ou erro grosseiro injustificável;

(B) não pode ser considerado solidariamente responsável com o presidente da Câmara, exceto se comprovado que o procurador agiu com dolo, culpa ou erro técnico;

(C) não pode ser considerado solidariamente responsável com o presidente da Câmara, em qualquer hipótese, pois o procurador é ocupante de cargo efetivo;

(D) pode ser considerado solidariamente responsável com o presidente da Câmara em qualquer caso, independentemente de ter agido com dolo ou culpa;

(E) pode ser considerado solidariamente responsável com o presidente da Câmara em qualquer caso, desde que haja possibilidade de dano ao erário.

54

Joaquim foi aprovado em concurso público para provimento de cargo efetivo na Câmara Municipal de determinada cidade do Estado Alfa e foi classificado em 11º lugar. Foram oferecidas no edital do concurso dez vagas e os dez primeiros classificados já foram nomeados e empossados. Ocorre que, durante o prazo de validade do concurso, Joaquim verificou que surgiram mais duas vagas, diante da aposentadoria de dois servidores ocupantes do mesmo cargo efetivo para o qual foi aprovado, sendo certo que, logo após, a Câmara contratou temporariamente duas pessoas não concursadas para exercerem as mesmas funções afetas a tal cargo. Inconformado, Joaquim protocolizou na Câmara requerimento administrativo pleiteando sua imediata nomeação.

Instado a se manifestar na forma decidida pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, procurador judicial da Câmara deve direcionar seu parecer no sentido de que Joaquim:

(A) possui direito subjetivo à nomeação, desde que comprovada de forma cabal que houve preterição arbitrária e imotivada por parte da Câmara, caracterizada por comportamento tácito ou expresso capaz de revelar a inequívoca necessidade de sua nomeação;

(B) possui direito subjetivo à nomeação, que surgiu com a mera aposentadoria dos dois servidores ocupantes do mesmo cargo efetivo para o qual Joaquim foi aprovado, eis que a vacância de cargo efetivo durante o prazo de validade do concurso por si só garante ao aprovado o direito à investidura;

(C) não possui direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa de direito, assim como os aprovados dentro do número de vagas, eis que a Administração Pública pode escolher discricionariamente se e quando irá nomear qualquer candidato aprovado em concurso público;

(D) não possui direito subjetivo à nomeação, que somente é aplicável para os candidatos que foram aprovados dentro do número de vagas oferecidas no edital e a Administração Pública pode discricionariamente nomeá-los até trinta dias após o término do prazo de validade do concurso;

(E) não possui direito subjetivo à nomeação, que somente é aplicável para os candidatos que foram aprovados dentro do número de vagas oferecidas no edital do concurso público ou quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação.

55

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, uma empresa pública municipal prestadora de serviço público, que integra a Administração Pública indireta, possui personalidade jurídica de direito:

(A) privado, o ingresso de seu pessoal ocorre mediante concurso público e está sujeita à responsabilidade civil objetiva pelos atos de seus agentes;

(B) privado, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita à responsabilidade civil subjetiva pelos atos de seus agentes;

(C) privado, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita ao regime de direito privado da responsabilidade civil pelos atos de seus agentes;

(D) público, o ingresso de seu pessoal ocorre mediante concurso público e está sujeita ao regime de direito privado da responsabilidade civil pelos atos de seus agentes;

(E) público, o ingresso de seu pessoal dispensa concurso público e está sujeita à responsabilidade civil subjetiva pelos atos de seus agentes.

56

O Município de Aracaju é proprietário de um imóvel urbano que atualmente não está sendo utilizado e deseja vendê-lo, para reforço financeiro nas contas públicas. Formalizado o processo administrativo para atendimento das cautelas legais a fim de viabilizar a alienação pretendida, sobreveio manifestação do Estado de Sergipe no sentido de que tem interesse em adquirir o imóvel, para construção de um hospital estadual.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, a alienação do bem público do Município para o Estado dependerá de autorização:

(A) legislativa e de avaliação prévia, além de licitação na modalidade concorrência;

(B) legislativa e de avaliação prévia, sendo dispensada a licitação;

(C) do prefeito e de avaliação prévia, além de licitação na modalidade concorrência;

(D) do prefeito e de avaliação ulterior, além de licitação na modalidade leilão;

(E) judicial e de avaliação ulterior, além de licitação na modalidade leilão.

57

José, servidor público ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Beta, com vontade livre e consciente, exigiu, para si, diretamente, no exercício da função, vantagem indevida consistente em 30 mil reais do sócio-administrador da empresa Alfa, contratada por aquela Casa Legislativa, para não relatar fato desabonador da conduta da citada sociedade empresária.

Assim agindo, José está incurso no crime:

(A) material de corrupção passiva, punível com pena de reclusão de quatro a dez anos, e multa;

(B) formal de concussão, punível com pena de reclusão de dois a doze anos, e multa;

(C) material de prevaricação, punível com pena de reclusão de dois a oito anos, e multa;

(D) formal de corrupção ativa, punível com pena de reclusão de quatro a doze anos, e multa;

(E) material de advocacia administrativa, punível com pena de reclusão de quatro a dez anos, e multa.

58

João foi vereador junto à Câmara Municipal em cidade do interior do Estado Alfa por dois mandatos consecutivos, em razão de sua reeleição, exercendo o cargo eletivo de forma ininterrupta no período de 01/01/2009 até 31/12/2016. Após receber representação, o Ministério Público instaurou inquérito civil e acaba de encerrar sua investigação no mês de novembro de 2020, concluindo que João, no mês de junho de 2010, utilizou, em obra de reforma em sua residência, equipamentos e materiais de construção de propriedade da Câmara, bem como o trabalho de servidores públicos da Casa Legislativa.

No caso em tela, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tese, João:

(A) praticou ato de improbidade administrativa e ainda não se operou a prescrição de cinco anos, que é contada a partir do término de seu segundo mandato eletivo;
(B) praticou ato de improbidade administrativa, mas já se operou a prescrição de cinco anos, que é contada a partir do término de seu primeiro mandato eletivo;
(C) praticou ato de improbidade administrativa, mas já se operou a prescrição de cinco anos, que é contada a partir da data do fato;
(D) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da ausência de provas de dano ao erário, e cometeu crime de responsabilidade que, contudo, já prescreveu;
(E) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da ausência de provas de dano ao erário, mas cometeu falta funcional que, contudo, já prescreveu.

59

Jane dá aula de inglês para três estudantes: Cristiano, 16 anos, emancipado voluntariamente por seus pais; Haroldo, 17 anos, universitário; e Andressa, 19 anos, parcialmente interditada e sob curatela porque dilapidava descontroladamente todo o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil, entre os estudantes, são relativamente incapazes:

(A) Cristiano, Haroldo e Andressa;
(B) Haroldo e Andressa;
(C) Cristiano e Haroldo;
(D) Cristiano e Andressa;
(E) somente Cristiano.

60

João pegou o automóvel de Almir emprestado, mas antes de devolvê-lo, apesar de todo o seu cuidado, foi assaltado e levaram o veículo, que jamais foi localizado novamente.

Diante disso, Almir, perante João:

(A) não pode exigir nada;
(B) pode exigir somente o valor de mercado do automóvel;
(C) pode exigir somente indenização por perdas e danos;
(D) pode exigir o valor de mercado do automóvel e indenização por perdas e danos;
(E) pode exigir um novo automóvel, com as mesmas características do que foi roubado.

61

Jurema comprou um carro de seu vizinho Clóvis pelo valor de R$ 40.000,00, a serem pagos dali a uma semana. Ocorre que no dia do pagamento, Jurema disse a Clóvis que sofreu um imprevisto e não tinha condições de pagar o dinheiro prometido. Jurema então ofereceu a Clóvis, em lugar da prestação original, um colar de pérolas. Clóvis aceitou a proposta e recebeu o colar naquele mesmo momento, entregando-lhe o automóvel.

No caso, houve:

(A) dação em pagamento;
(B) novação;
(C) compensação;
(D) remissão;
(E) confusão.

62

A Escola X Ltda. celebrou contrato de compra e venda com a Delta Ltda. para a aquisição de dez microcomputadores, cujas características técnicas foram indicadas no teor do instrumento contratual. A execução do contrato ficou agendada para dali a um mês, obrigando-se a Delta a entregar as máquinas na escola. Ocorre que os administradores da Escola X descobriram que os computadores vendidos ainda não estavam prontos quando o contrato foi assinado. A Delta esclareceu que celebrou o negócio planejando montar as máquinas nas semanas seguintes, de modo a ficarem prontas a tempo da data marcada para a entrega.

Diante disso, o contrato em questão foi celebrado de forma:

(A) válida;
(B) inexigível;
(C) anulável;
(D) nula;
(E) inexistente.

63

Quando Renata celebrou contrato com Marcelo para a locação de um apartamento no centro de Aracaju, nada ficou acertado sobre as taxas condominiais.

Diante disso, Renata, na condição de locatária:

(A) deverá celebrar novo contrato com Marcelo, pois o atual é nulo por falta de elemento essencial;
(B) deverá arcar com a totalidade das despesas condominiais, que incumbem ao locatário;
(C) deverá arcar somente com as despesas condominiais ordinárias, ficando a cargo do locador as despesas condominiais extraordinárias;
(D) deverá arcar com metade das despesas condominiais, incumbindo ao locador arcar com a outra metade;
(E) não deverá arcar com as despesas condominiais, que incumbem ao locador.

64

Paulo e seu filho, Mário, sempre tiveram um relacionamento difícil. Em meio a uma discussão mais acalorada, Mário chegou a dar um soco no pai, e desde então nunca mais se falaram. Agora que Paulo morreu, seus outros filhos, irmãos de Mário, querem que ele seja excluído da sucessão por ter cometido agressão contra o pai.

A ofensa física de Mário ao falecido exclui Mário da sucessão de Paulo:

(A) automaticamente, que fica privado de qualquer direito sucessório diretamente relacionado à herança de Paulo;
(B) independentemente de sentença judicial, se Paulo determinou a deserdação em testamento, indicando expressamente a sua causa;
(C) após sentença judicial, em ação que só pode ser ajuizada por um dos demais herdeiros, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
(D) após sentença judicial, em ação que pode ser ajuizada por qualquer interessado ou mesmo pelo Ministério Público, independentemente de manifestação de Paulo nesse sentido;
(E) após sentença judicial, se Paulo determinou isso em testamento, indicando expressamente a causa da deserdação, e se a veracidade dessa causa for provada por um dos demais herdeiros.

65

Elvira deseja permitir que sua sobrinha Adriane resida em um dos imóveis que possui, pois a sobrinha não tem onde morar. Mas pretende evitar que Adriane colha qualquer fruto dele, por exemplo, dando-o em locação para terceiros e auferindo aluguel.

Para tanto, Elvira deve atribuir a Adriane, sobre o imóvel em questão, o direito real de:

(A) propriedade;
(B) habitação;
(C) uso;
(D) usufruto;
(E) servidão.

66

José era casado civilmente com Gilmara, mas decidiram se divorciar. Durante o casamento, Gilmara se aproximou muito dos familiares de José: seus pais, Roberto e Vera, e seu irmão, Cláudio.

Agora divorciada, entre esses parentes de José, Gilmara está impedida de se casar com:

(A) Roberto, Vera e Cláudio;
(B) Roberto e Cláudio;
(C) apenas Roberto;
(D) Roberto e Vera;
(E) apenas Vera.

67

Rogério, 40 anos, e Priscila, 45 anos, vivem há quinze anos em união estável. O casal tem dois filhos e se preparam para a chegada do terceiro. No entanto, não celebraram contrato escrito acerca das questões patrimoniais envolvendo a sua união.

Nesse caso, deve ser aplicado o regime de:

(A) comunhão parcial de bens;
(B) comunhão universal de bens;
(C) participação final nos aquestos;
(D) separação legal de bens;
(E) separação convencional de bens.

68

Disputam a herança de Ademir: Isaías, pai de Ademir; Djalma, filho de Ademir; e Vilma, neta de Ademir e filha de Djalma.

A herança de Ademir deve ser recebida por:

(A) somente Isaías;
(B) somente Djalma;
(C) Isaías e Djalma;
(D) Djalma e Vilma;
(E) Isaías, Djalma e Vilma.

69

Um casal de alemães veio visitar o Brasil e ficou sensibilizado ao conhecer uma organização que cuidava de crianças abandonadas. Decidiu que gostaria de levar uma criança para viver com eles na Alemanha, para criá-la e educá-la.

Nesse caso, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

(A) somente guarda;
(B) somente tutela;
(C) somente adoção;
(D) guarda ou adoção;
(E) tutela ou adoção.

70

Ao proferir decisão declaratória de saneamento, o juiz da causa indeferiu o requerimento formulado por terceiro, no sentido de que fosse admitido o seu ingresso no feito como assistente simples.

Quanto a esse provimento jurisdicional, é correto afirmar que se trata de:

(A) sentença, passível de impugnação pelo recurso de apelação;
(B) sentença, passível de impugnação pelo recurso de agravo de instrumento;
(C) decisão interlocutória, passível de impugnação pelo recurso de apelação;
(D) decisão interlocutória, passível de impugnação pelo recurso de agravo de instrumento;
(E) decisão interlocutória, passível de impugnação pelo recurso de agravo interno.

71

Funcionário público intentou ação em que pleiteava a invalidação de ato administrativo que o demitira do serviço público, em razão do cometimento de falta disciplinar grave.

Como única causa de pedir, alegou o demandante que não havia praticado o ilícito funcional que lhe havia sido atribuído, o qual era de responsabilidade de outro servidor.

Encerrada a fase instrutória, o juiz, ao sentenciar, concluiu que o autor efetivamente cometera a falta funcional, mas, entendendo que a ultimação do processo administrativo disciplinar excedera o prazo legal, julgou procedente o pedido, invalidando a sanção imposta em desfavor do demandante.

Nesse cenário, a sentença prolatada foi:

(A) inválida, por *ultra petita*;
(B) inválida, por *citra petita*;
(C) inválida, por *extra petita*;
(D) válida;
(E) válida, embora o seu excesso deva ser podado pelo tribunal.

72

Determinada Câmara Municipal, por meio de procurador regularmente investido no cargo, ajuizou demanda em que pleiteava tutela jurisdicional que lhe assegurasse o pleno exercício de suas atribuições e prerrogativas institucionais, que alegou serem alvo de ameaça por ato da Assembleia Legislativa do Estado.

Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, a parte ré foi citada e ofertou a sua peça contestatória, na qual, sem prejuízo das matérias defensivas de cunho meritório, suscitou, em linha de preliminar, a ausência de capacidade processual e a ilegitimidade *ad causam* da autora, pugnando pela prolação de sentença terminativa.

Apresentada a réplica, o juiz da causa, apreciando a questão preliminar arguida, deve:

(A) acolhê-la integralmente, para julgar o feito extinto, sem resolução do mérito;
(B) acolhê-la em parte, para determinar, por meio de emenda à inicial, a retificação do polo ativo, a ser ocupado, apenas, pelo presidente da Câmara Municipal;
(C) rejeitá-la, embora reconhecendo o litisconsórcio ativo necessário, a abarcar a Câmara de Vereadores e o Município;
(D) rejeitá-la, embora julgando, de imediato, improcedente o pedido formulado na inicial;
(E) rejeitá-la, determinando o prosseguimento regular do feito, rumo à solução do mérito da causa.

73

Luiz propôs em face de Carlos ação pelo rito comum, em que postulava a declaração judicial da inexistência de uma obrigação contratual.

Regularmente citado, Carlos não apenas pretende demonstrar a existência do vínculo obrigacional, como também tem a intenção de receber o crédito que reputa titularizar.

Quanto à sua pretensão de cobrança, Carlos deverá deduzi-la, no mesmo feito, por meio de:

(A) exceção;
(B) reconvenção;
(C) questão preliminar de contestação;
(D) ação autônoma, a ser distribuída por dependência aos autos da demanda primitiva;
(E) ação autônoma, a ser distribuída somente após o advento do trânsito em julgado nos autos da demanda primitiva.

74

Uma sociedade empresária, depois de ter sido desclassificada em processo de licitação, ajuizou, em face da pessoa jurídica de direito público, ação pelo rito comum, pedindo a invalidação do ato desclassificatório, e bem assim a invalidação do ato de adjudicação do objeto do certame à empresa vencedora e do próprio contrato administrativo posteriormente celebrado entre esta e o Poder Público.

Ao apreciar a petição inicial, o juiz da causa, verificando que a empresa vitoriosa na licitação não havia sido incluída no polo passivo da demanda, deve concluir pela configuração de:

(A) litisconsórcio facultativo, determinando *ex officio* a inclusão no feito da litisconsorte faltante;
(B) litisconsórcio facultativo, determinando que a autora emende a inicial, a fim de incluir a litisconsorte faltante;
(C) litisconsórcio facultativo, procedendo ao juízo positivo de admissibilidade da demanda;
(D) litisconsórcio necessário, determinando *ex officio* a inclusão no feito da litisconsorte faltante;
(E) litisconsórcio necessário, determinando que a autora emende a inicial, a fim de incluir a litisconsorte faltante.

75

No que se refere ao incidente de arguição de inconstitucionalidade, é correto afirmar que:

(A) pode ter por objeto leis e atos normativos federais, estaduais ou municipais;
(B) os órgãos fracionários podem suscitá-lo no exercício da competência recursal, mas não no da competência originária;
(C) os acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno, ou Órgão Especial, são impugnáveis pelos recursos extraordinário e especial;
(D) os órgãos fracionários devem suscitá-lo quando concluem pela inconstitucionalidade ou pela constitucionalidade de uma lei;
(E) os órgãos fracionários não ficam vinculados à solução do Tribunal Pleno, ou Órgão Especial, para o tema constitucional.

76

Tendo a sentença condenado o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, é correto afirmar, como regra geral, que:

(A) não são devidos honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença;
(B) se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas e os honorários advocatícios;
(C) caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, são cabíveis embargos de declaração, sendo vedada ação autônoma posterior para sua definição e cobrança;
(D) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, admitida a compensação em caso de sucumbência parcial;
(E) os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido, ou não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

77

Em ação de cobrança proposta por um correntista em face de uma instituição financeira, com base em um contrato bancário celebrado há vinte anos, entendeu o juízo, por decisão fundamentada, que o ônus da prova da existência do referido contrato deveria ser do réu, diante da maior facilidade deste na obtenção dessa prova.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

(A) a decisão guarda conformidade com a teoria da carga dinâmica da prova, sendo impugnável pelo recurso de agravo de instrumento;
(B) a decisão é irrecorrível de forma imediata, devendo sobrevir a sentença para que ela possa ser arguida em apelação ou em contrarrazões de apelação;
(C) agiu o juiz de forma correta, pois na sistemática processual vigente lhe cabe, como regra geral, decidir a quem incumbe o ônus da prova, no caso concreto;
(D) agiu o juiz de forma equivocada, pois este não pode impor às partes o ônus da prova, devendo decidir com base nas provas que foram produzidas livremente pelos litigantes;
(E) agiu o juiz de forma equivocada, pois o ônus da prova cabe ao autor, sendo o contrato o fato constitutivo de seu direito, não podendo o juiz distribuir este ônus de forma diversa.

78

No que se refere às modalidades de defesa do executado, é correto afirmar que:

(A) a impugnação deve ser oferecida no prazo de quinze dias, ao passo que os embargos à execução devem sê-lo no prazo de trinta dias;
(B) sejam embargos à execução ou impugnação, não é exigível garantia do juízo para que se atribua efeito suspensivo à execução;
(C) tal como na impugnação, os embargos à execução têm efeito suspensivo, podendo o juiz, a requerimento do devedor, retirá-lo, sendo relevantes os motivos, e a fim de evitar dano grave e de difícil reparação;
(D) a regra que autoriza o benefício do prazo em dobro, na hipótese de executados com diferentes procuradores e de escritórios de advocacia distintos, se aplica à impugnação, mas não aos embargos à execução;
(E) no prazo para o oferecimento da impugnação, o executado, reconhecendo o crédito e comprovando o depósito de trinta por cento do valor, acrescido de custas e honorários, poderá quitar o restante do débito em até seis parcelas mensais.

79

João propôs ação declaratória de inexistência de dívida em face de Paulo, tendo, posteriormente, ajuizado outra demanda, em face do mesmo réu, na qual sustentou a inexistência da referida dívida, além de pleitear a condenação de Paulo a lhe reparar os danos morais alegadamente sofridos, no valor de cinco mil reais.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

(A) a primeira ação deverá ser extinta em razão da litispendência;
(B) a primeira ação deverá ser extinta em razão da perda do interesse processual;
(C) os processos deverão ser reunidos em razão da conexão entre as correspondentes ações;
(D) os processos deverão ser reunidos em razão da continência entre as correspondentes ações;
(E) os processos não deverão ser reunidos, haja vista a inexistência de risco de prolação de decisões conflitantes.

80

A hipótese em que a matéria defensiva alegável na contestação tem natureza meritória é:

(A) ausência de interesse processual;
(B) existência de coisa julgada material;
(C) incorreção do valor da causa;
(D) compensação de créditos;
(E) convenção de arbitragem.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização